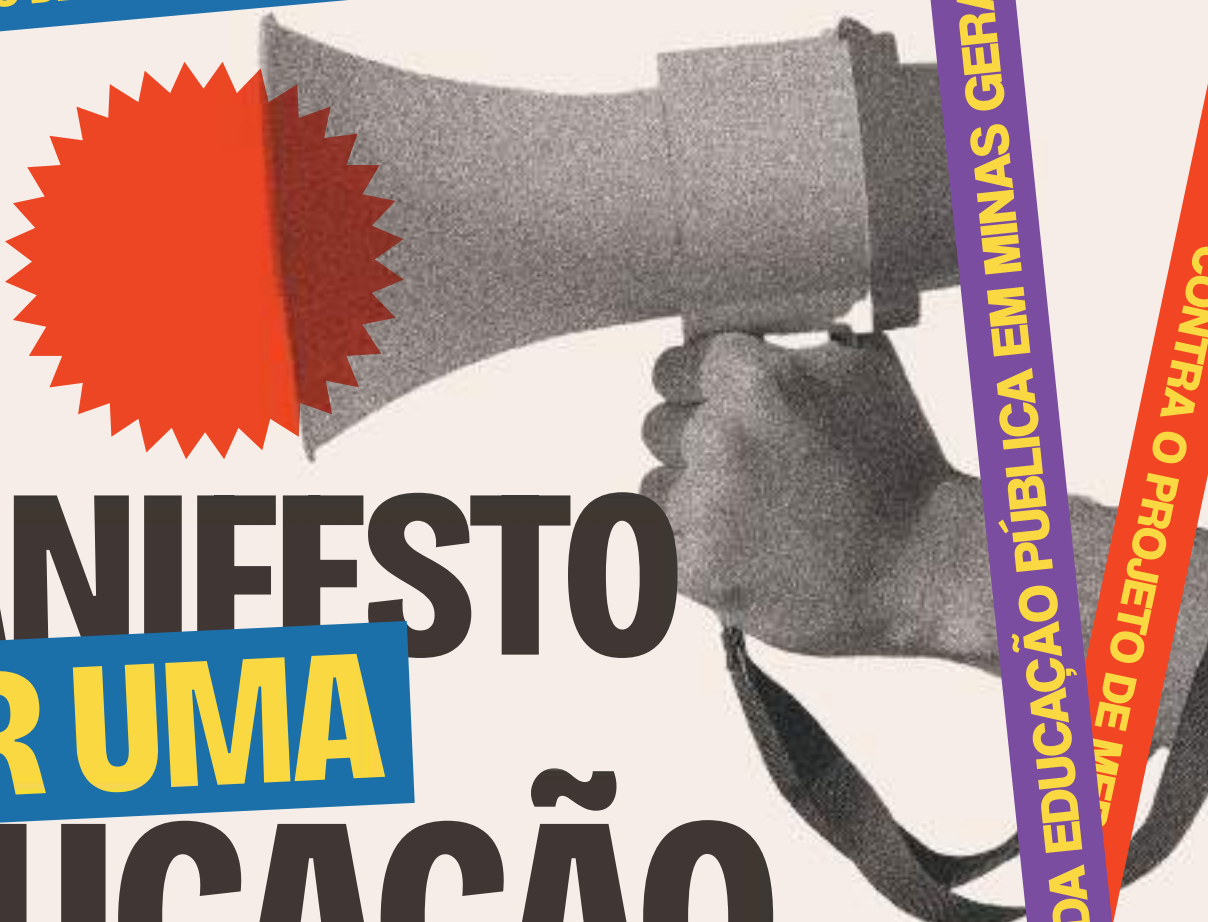


CONTRA O PROJETO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM MINAS GERAIS



MANIFESTO POR UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA

“O mundo é a realidade em transformação pela ação e pela reflexão da ação dos oprimidos que, em relação uns com os outros, mediados pela realidade, adquirem conscientização a partir da práxis, ou seja, da ação-reflexão em uma relação dialética crítica, consciente e transformadora do ambiente em que vivem e na libertação da opressão promovida pelos poderosos e opressores, bem como na tomada de posse da realidade. É justamente neste mundo, que se apresenta pronto para os oprimidos, mas que, na verdade, está em construção ou desconstrução pelas forças que operam em favor da desumanização, que as palavras de denúncias e de anúncios expressam-se e tornam-se práxis.”

(LAZIER, Josué Adam. UNIMEP – Comunicações, Ano 21, n. 3, edição especial, p. 89-98, jul.-dez. 2014)*

CONTRA O PROJETO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM MINAS GERAIS

CONTRA O PROJETO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM MINAS GERAIS

A educação é um processo complexo, tecido pela herança das gerações e pela construção coletiva do presente. É por meio dela que se formam os saberes, a literatura, a ciência, a filosofia e a tecnologia — conquistas que irrigam e alimentam a vida humana. Pela educação, cada sujeito se estrutura e constrói a si mesmo, amparado pela família, pelos grupos sociais e pelas culturas que o formam. É também por meio dela que se aprende a amar a si e aos outros, a respeitar as diferenças individuais, sociais e culturais, a recusar preconceitos e discriminações e a reconhecer a dignidade de todo ser humano.

A educação emancipa e humaniza; sem ela, proliferam o ódio e o ressentimento, abrindo-se as fendas da barbárie. Por isso, reivindicamos o direito antropológico à educação, exigindo do Estado a garantia de acesso significativo, criativo e crítico ao conhecimento, condição para a participação consciente na vida social e fundamento da democracia.

Com base nesses princípios, rejeitamos de forma contundente o projeto de educação em andamento em Minas Gerais, pelo que representa de ameaça ao caráter público da escola. A partir da eleição de Romeu Zema (NOVO), assistimos — com preocupação e resistência — à escalada de um modelo empresarial autoritário na rede estadual. Embora a privatização da escola pública não seja novidade — nos anos 1990, durante o governo Azeredo, Minas já serviu de laboratório neoliberal do Banco Mundial —, Zema radicalizou o processo, adotando uma linha neoliberal autoritária que ataca permanentemente o caráter público da educação.

Essa “escola-empresa” ignora o contexto social, a diversidade cultural e o saber científico acumulado, organizando o currículo conforme o peso em avaliações externas e relegando disciplinas críticas e humanísticas a itinerários optativos. Como consequência, turmas em áreas de “menor demanda” foram reduzidas, escolas de difícil acesso foram fechadas e espaços colegiados de gestão democrática foram restringidos.

A reeleição do governador intensificou medidas privatizantes, ampliando desigualdades históricas e submetendo a política educacional à lógica de mercado, com abertura para Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas, em detrimento da formação humanística, crítica e democrática.

Desde 2022, quando lançamos este Manifesto, o cenário educacional mineiro sofreu novos e graves ataques. O governo estadual aprofundou a substituição de políticas públicas por modelos privatistas que desmontam o papel do Estado, fragmentam e desestruturam a rede estadual de educação. Diante desse quadro, reafirmamos: **escola não é empresa, educação não é mercadoria.**

Nessa versão atualizada do Manifesto, chamamos a atenção dos/as educadores/as mineiras/os sobre os retrocessos mais recentes, apontando que a defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada exige resistência à lógica de mercado, enquanto mantemos viva a rede de solidariedade que sustenta a escola como espaço de emancipação e transformação social.

O DESMONTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS

No âmbito da Secretaria de Estado da Educação - SEE/MG, após 7 anos de gestão, é possível visualizar um panorama do projeto educacional implantado paulatinamente na rede estadual e constatar um aprofundamento do modelo empresarial de gestão educacional com base na pedagogia de resultados.

A pedagogia de resultados assenta-se na perspectiva empresarial de exigência no cumprimento de metas e alcance de um melhor ranqueamento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A otimização, a flexibilização, a operacionalização e a meritocracia, além do constante controle e monitoramento, são mantras da gestão empresarial que fazem parte das atuais políticas educacionais da SEE/MG.

Para que isso se realize, a SEE/MG utiliza-se de mecanismos de controle e vigilância sobre o trabalho pedagógico, esvaziando a autonomia que os/as profissionais do magistério e as comunidades escolares têm em definir processos de aprendizagem e ensino, dando lugar a um projeto de apropriação e dominação empresarial da educação pública. O projeto em curso visa à desumanização da educação, tornando-a mercadoria, privatizando-a; nega a formação humanística das atuais e das futuras gerações e passa a atender aos interesses dos grupos econômicos.

O projeto empresarial do governo Zema ataca a organização do Ensino Fundamental com o Projeto Mãos Dadas e o repasse da responsabilidade dessa oferta para os municípios. Ataca também o Ensino Médio e suas modalidades, como a EJA e a Educação Profissional. Nesse caso, é um ataque que se dá pela desconstrução do currículo crítico, com base nas diretrizes nacionais, pela instituição da padronização curricular fundamentada no ideal neoliberal.

Ao ataque pedagógico se soma a ofensiva aos/às trabalhadores/as da educação: desvalorização, negação de direitos e desconfiguração da carreira.

Serve a essa lógica um conjunto de ações que a SEE está implementando e que DENUNCIAMOS:

DESTRUIÇÃO DE CONQUISTAS ACERCA DA POLÍTICA REMUNERATÓRIA DOS/AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PELA VIA JUDICIAL

O Sind-UTE/MG orienta a luta pelo reajuste do Piso Salarial Nacional da Educação, num processo de muito diálogo com a sociedade, articulação e mobilização. Por outro lado, o governo Zema sempre optou pela judicialização do conflito em detrimento do debate sério e sensível aos direitos da categoria.

Como resultado dessa opção, a política salarial aplicada nos últimos anos pelo governo Zema, provocou um arrocho sem precedentes. Em 2019, o governo pagava 77,51% do piso nacional; em 2025, esse percentual caiu para apenas 57%.

Essa desvalorização atinge também todos os demais cargos da educação, que hoje recebem, em média, 29,40% menos do que no início da gestão atual. No mesmo período, o número de trabalhadores em vínculos precários cresceu de forma exponencial, ultrapassando 70% do total da categoria.

PROGRAMA “MÃOS DADAS” E PROJETO SOMAR

As políticas de descentralização da estrutura educacional, no governo Zema, convergem para o encolhimento do Estado e a redução de sua esfera de responsabilidade. Ou seja, a reorganização da rede de ensino do Estado acompanha as diretrizes da política neoliberal e do Estado mínimo e foi nessa direção que, em março de 2021, o governo do Estado de Minas Gerais lançou o Projeto Mãos Dadas, retomando o processo de municipalização de escolas de ensino fundamental. Também na perspectiva de política de desresponsabilização do estado com a educação, o Estado lançou o Projeto Somar através do qual promove a transferência de processos de gestão e de recursos públicos para a iniciativa privada.

CONTROLE BUROCRÁTICO SOBRE OS REGISTROS ESCOLARES: BARREIRAS A ACESSO E PERMANÊNCIA

A SEE do governo Zema burocratizou e verticalizou os processos de gestão das escolas tornando-os ineficientes ao invés da modernização preconizada. Há em curso uma política de fiscalização dos registros escolares on-line, assim como um controle diário e obsessivo sobre a frequência dos/as estudantes. A política é de monitoramento dos índices de evasão e de controle das taxas de rendimento escolar, uma vez que esses índices impactam no IDEB. No entanto, as escolas, em sua maioria, não possuem estrutura de internet capaz de garantir o uso on-line adequado das ferramentas. Não há como sustentar essas práticas, posto que, para a SEE/MG, pouco importam as condições de trabalho, a disponibilidade de internet e as circunstâncias sociais e pedagógicas que envolvem o controle e a frequência dos/as estudantes. É visível o interesse com a elevação dos índices escolares, não como resultado do processo sistemático de ensinar-aprender, mas como mecanismo da burocratização para obtenção de um melhor resultado no IDEB.

MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS

Neste ano, o governo estadual iniciou uma nova ofensiva para militarizar escolas do Estado de Minas Gerais, convocando comunidades para consultas em prazos exíguos, que inviabilizam o debate. Apesar da estratégia autoritária, o Sind-UTE/MG vem

promovendo o debate e denunciando a fraude educacional da proposta, que não ataca os verdadeiros problemas da rede.

O Sindicato reforça a posição contrária ao modelo, pautado pela cultura do medo e pelo desrespeito à gestão democrática e aos/as profissionais da educação e denuncia um processo de exclusão violentíssimo, que seleciona o acesso à escola e condiciona a permanência de estudantes e professores/as ao cumprimento de um conjunto de regras restritivas de direitos.

MUDANÇAS CURRICULARES – BNCC E REFORMA DO ENSINO MÉDIO

A ruptura política e institucional de 2016 interrompeu o processo de produção social de uma política pública educacional na perspectiva do Direito à Educação e dos Direitos de Aprendizagem que vinha sendo construído em longos anos de amadurecimento político, pedagógico, curricular e institucional.

O currículo é “território em disputa”, uma vez que ali se concentram as práticas, os comportamentos, os valores, os conteúdos, praticamente toda a vida escolar. Cada concepção de educação traz em si uma concepção de currículo. Por isso, os governos sempre se utilizam de reformas curriculares para impor seus projetos, como ocorre agora neste governo.

DESCUMPRIMENTO DAS METAS DO PEE

Mesmo tendo sido construído com relativa participação social e aprovado pelo poder legislativo, o PEE vem sendo totalmente ignorado pelo Governo Estadual, que não tem nem cumprido com – nem sequer falado de – suas metas e estratégias. Mais que isso, o governo Zema adota medidas e implementa projetos que contrariam os dispositivos do PEE e do PNE.

REDES MUNICIPAIS:

NA LUTA CONTRA AS POLÍTICAS DE MERCANTILIZAÇÃO DO GOVERNO ESTADUAL E PREFEITOS/AS DE SUA BASE

Os ataques de Romeu Zema aos servidores estaduais influenciam projetos políticos em centenas de municípios pelo Estado. Muitas prefeituras adotam o governo privatista e destruidor dos serviços públicos de Zema como modelo, reproduzindo medidas que precarizam a vida dos servidores municipais.

A educação nas redes municipais sofre o ataque promovido pela gestão Romeu Zema, com forte pressão sobre os/as prefeitos/as para a municipalização das escolas estaduais. Isso somado à proposta de “assessoramento”, que visa implantar o modelo de mercantilização em curso na rede estadual para as redes municipais de educação.

Destaca-se, ainda, que o ataque à Previdência, implementada por Zema, ameaça os sistemas de previdências municipais, o que implicará na retirada de direitos e redução de benefícios previdenciários, além do aumento da contribuição.

Tudo isso agrava a situação vivenciada pelos/as educadores/as nas redes municipais (saúde, condições de trabalho, carreira, valorização profissional), atingindo, por consequência, a qualidade de ensino.

Nos diversos municípios, os/as profissionais da Educação cobram dos/as prefeitos/as e legisladores/as o respeito que a educação e seus trabalhadores e trabalhadoras merecem! Assim, **o Sind-UTE/MG se posiciona em defesa da escola pública, de forma crítica e propositiva em relação às políticas nos municípios:**

- Cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional respeitando e efetivando o reflexo dele em todos os níveis e classes das tabelas salariais;
- Efetivação dos planos de carreira e remuneração e garantia do direito a 1/3 da jornada para hora atividade;
- Melhorias das condições de trabalho, com espaços e estruturas adequadas ao desenvolvimento das atividades pedagógicas;
- Cumprimento das metas do Plano Nacional e dos Planos Municipais de Educação, bem como a correta aplicação dos recursos previstos em lei;
- Reconhecimento dos/as funcionários/as da educação como educadores/as. É necessário respeito com a carreira e as funções educativas que os/as funcionários/as da educação exercem no ambiente escolar;
- Contra qualquer forma de terceirização dos/as trabalhadores/as da Educação;
- Não à militarização das escolas! Um processo de exclusão violentíssimo, uma vez que seleciona o acesso à escola e condiciona a permanência de estudantes e professores/as ao cumprimento de um conjunto de regras restritivas de direitos. A escola pública é espaço plural, de diversidade, de atendimento a diversos segmentos sociais, onde existem diferentes concepções de mundo;
- Eleições para diretores/as de Escola e CMEIs, garantindo a efetivação da gestão democrática na educação básica;
- Efetivação e respeito às instâncias colegiadas, Conselho Municipal da Educação, Conselho da Alimentação Escolar e Transporte Escolar, Conselho do FUNDEB e Conselhos Escolares;
- Fim da política Coronelista e de apadrinhamento com abertura de Concurso Público e Regulamentação de todos os atos administrativos de forma democrática e transparente;

- Defesa dos sistemas de previdência municipais e repúdio a qualquer retirada de direitos à aposentadoria digna dos/as trabalhadores/as da Educação;
- Defesa de políticas permanentes voltadas para a saúde do/a trabalhador/a;
- Formação continuada que envolva temas como financiamento da Educação, leis orçamentárias, entre outros.

DOS SONHOS QUE SURGEM COMO ANÚNCIO, A PARTIR DA DENÚNCIA

“Profetas não são homens ou mulheres desarrumados, desengonçados, sujos, metidos em roupas andrajosas e pegando cajados. Os profetas são aqueles ou aquelas que se molham de tal forma nas águas da sua cultura e da sua história, da cultura e da história de seu povo, dos dominados do seu povo, que conhecem o seu aqui e o seu agora e, por isso, podem prever o amanhã que eles mais do que adivinham, realizam”.

A escola que defendemos — e que temos a tarefa histórica de reconstruir — se ergue sobre os pilares da autonomia, da democracia, da justiça social e da organização coletiva, orientada para a formação humanizadora de toda a sociedade. Essa defesa não é abstrata: está ancorada em conceitos e conquistas forjados no protagonismo da categoria, na luta cotidiana e na construção da nossa organização sindical. Reafirmamos que:

- **A educação é uma política pública de Estado para todos e todas;**
- **A educação pública, gratuita e de qualidade** é instrumento essencial de formação da cidadania, inclusão e equalização social;
- O conceito de **qualidade educacional** articula, de forma inseparável, a formação e a valorização dos(as) trabalhadores(as) da educação;
- **A mobilização social pelo direito à educação** é compromisso permanente com a transformação humanística dos sujeitos envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem e com a própria educação como prática de liberdade.

Como nos ensinou Paulo Freire, é preciso reservar na prática educativa um espaço para os sonhos possíveis — sonhos que nascem da denúncia e se projetam como anúncio de um mundo novo. Sonhos que não se limitam a imaginar, mas que se constroem no presente, visitando o amanhã a partir do hoje.

Ao mesmo tempo em que denunciemos os retrocessos e ataques em curso, para garantir que a educação em Minas Gerais seja, de fato, um direito humano, **anunciamos caminhos e propostas concretas:**

- A urgência do cumprimento integral das metas do Plano Estadual de Educação, transformando compromissos em ações concretas que garantam qualidade social e equidade no ensino.
- A construção, com participação efetiva da categoria, de uma política de formação continuada que respeite as características regionais e tenha como base a Educação Humanizadora, voltada à formação integral e à emancipação da classe trabalhadora.
- A defesa da manutenção da gestão pública estatal das escolas, rechaçando parcerias público-privadas, terceirizações, militarização e modelos de educação domiciliar que fragilizem o caráter público da rede.
- A luta pelo pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional, conforme a Lei Federal 11.738/2008, como direito inegociável de todos(as) os(as) profissionais da educação.
- A urgência de uma política permanente de atenção integral à saúde dos(as) trabalhadores(as) da educação, assegurando condições dignas e seguras nos locais de trabalho.

Não iremos esperar que as possibilidades simplesmente se apresentem; vamos buscá-las ativamente, assumindo um compromisso permanente com a transformação humanizadora de todos(as) os(as) envolvidos(as) no processo de ensino-aprendizagem e com a própria educação.

Esse compromisso se torna ainda mais urgente em tempos tão difíceis como os que vivemos em Minas Gerais, em que o projeto em curso de desumanização da educação busca transformá-la em mera mercadoria.

Inspirados(as) nas reflexões de Paulo Freire, entendemos que as situações expressas neste manifesto não são motivo para desesperança, mas sim um chamado à luta, pois é na resistência que a esperança se fortalece.

Por uma Educação Pública humanizadora, de qualidade, gratuita, democrática, laica, integral e para todos(as).

Sindicato Único dos Trabalhadores
em Educação de Minas Gerais